

# Debates vão esquentar a subcomissão

VERA RAMOS  
Da Editoria de Política

CORREIO BRAZILENSE

“Não haverá desapropriação de bens imóveis rurais e urbanos sem o prévio pagamento justo em dinheiro. Caso contrário, estaremos criando um golpe de morte no direito da propriedade” — proposta constitucional do senador Francisco Rollemberg — PMDB-SE (político de centro, já pertenceu aos quadros da ex-Arena).

“Garantir o direito à propriedade e propor o veto à imissão de liminar de posse. E preciso definir critérios de produtividade e de utilização da terra de modo que não a torne nociva” — sugestão de emenda do deputado Jorge Vianna — PMDB-BA (empresário).

“Estabelecer limites por hectares, variando região por região, para as propriedades rurais: máximo de 1.500 para o Norte do País e o mínimo de 500 para a região Sul. Todos os latifúndios, ainda que produtivos, devem ser desapropriados. A indenização deve ser feita através de dívida agrária, pagável em 30 anos. O preço da desapropriação deve ser fixado pela média paga nos últimos 5 anos de Imposto Territorial Rural” — proposta do deputado Aldo Arantes, do PC do B-GO (político de esquerda, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes — UNE).

“A cada mandato presidencial, o Governo deve criar um Plano de Metas para o setor agropecuário” — sugestão constitucional do deputado Nyder Barbosa — PMDB-ES (fazendeiro, ligado a centro-direita e à UDR, ex-secretário da Fazenda do Estado).

Essas quatro propostas constitucionais, já encaminhadas oficialmente para discussão pelos 22 membros da Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária, exemplificam bem o alto grau de divergência de opiniões que os constituintes terão que conciliar nos próximos 30 dias. Até lá, os deputados e senadores estarão empenhados na elaboração de um anteprojeto que defina, efetivamente, como se dará a reforma agrária no País. Caso contrário, a questão fundiária continuará no impasse.

Embora os trabalhos desta Subcomissão ainda não tenham sido iniciados de fato, os constituintes-membros já articulam a maneira como vão agir a fim de impor suas ideias. Os políticos dos partidos mais progressistas — PT, PC, PC do B, PTB — que querem a aprovação de emendas constitucionais que eliminem o latifúndio, são minoria, apenas cinco. Os representantes ou mesmo simpatizantes dos conservadores, fazendeiros ligados à UDR, querem a reafirmação do direito da propriedade e que a Constituição garanta uma política estável para financiamento de safras agrícolas, via concessão de preços mínimos para os produtores.

A disputa entre a esquerda e a direita, nesta Subcomissão, promete debates intermináveis. Já na próxima semana, após os feriados da Semana Santa, o presidente da Subcomissão, senador Edison Lobão (PMDB-MA), político ligado ao presidente José Sarney, iniciará a série de audiências públicas, ouvindo entidades ligadas aos trabalhadores rurais, à Igreja, e aos latifundiários. A primeira entidade a ser ouvida é a Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do Governo responsável pelo assentamento de posseiros, será chamado logo a seguir. A deputada Irma Passone, do PT de São Paulo, sugeriu a convocação da CUT e da Comissão Pastoral da Terra (CPT). O constituinte José Mendonça de Moraes (PMDB-MG), ligado à UDR, propôs que se ouvisse, também, a classe patronal: a poderosa FAE-MG (Federação de Agricultores do Estado de Minas Gerais).

Reforçando a ala dos conservadores, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), fazendeiro e apoiado também pela UDR, faz severas críticas à atual política de reforma agrária: “Isso é demagogia barata”. Em sua opinião, o Governo não tem recursos disponíveis para realizar indenizações e, tampouco, financiar implementos agrícolas para os pequenos proprietários.

Os partidos de esquerda prometem reagir com a mesma intensidade. O constituinte Aldo Arantes, do Partido Comunista do Brasil-GO, defende a erradicação completa do latifúndio. Ele avança na fixação de limites máximos para as propriedades rurais: 500 hectares para a região Sul, 1000 para o Centro-Oeste, 1.500 para o Norte, e entre 500 e 1000 para o Nordeste.

ANC 88  
Pasta 16 a 23  
Abril/87  
080